



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRAL DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JULIANA MICHELLE MEDEIROS DO NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE PARA
ODESENVOLVIMENTO INFANTIL**

CAMPINA GRANDE - PB

2014

JULIANA MICHELLE MEDEIROS DO NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, natureza artigo, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUÍS PESSOA DE FARIAS

CAMPINA GRANDE - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244c Nascimento, Juliana Michelle Medeiros do
Contribuições da psicomotricidade para o desenvolvimento infantil [manuscrito] / Juliana Michelle Medeiros do Nascimento. - 2014.

19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Álvaro Luis Pessoa de Farias, Departamento de Educação".

1. Psicomotricidade 2. Educação Infantil 3. Desenvolvimento Infantil I. Título.

21. ed. CDD 152.3

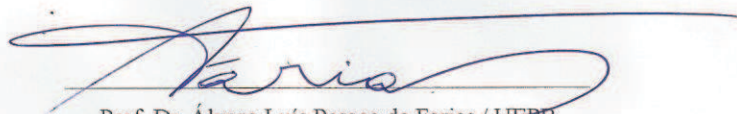
JULIANA MICHELLE MEDEIROS DO NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS
CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Aprovado em 05/12/2014.

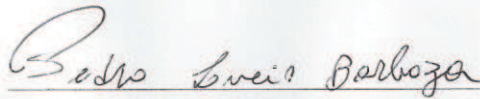
Nota: 9.0 (Nove)

BANCA EXAMINADORA




Prof. Dr. Álvaro Luís Pessoa de Farias / UEPB

Orientador



Prof. Dr. Pedro Lucio Barboza / UEPB

/



Prof. Ms. Gloria Maria Leitão de Melo / UEPB

/

CAMPINA GRANDE - PB

2014

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

NASCIMENTO, Juliana Michelle Medeiros do

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo refletir sobre algumas considerações acerca das contribuições da psicomotricidade na educação infantil. A educação infantil é o início da inserção da criança ao meio educacional e é através dos estímulos proporcionados pelos professores e a interação com o meio escolar que são desenvolvidas suas capacidades cognitivas e motoras, dando início assim ao processo de alfabetização. Daí sua extrema importância para o desenvolvimento das crianças, já que é nesta fase que se inicia o progresso em seu desenvolvimento, físico, psicológico, intelectual e social. Relacionando a Psicomotricidade com a Educação Infantil, percebe-se que o desenvolvimento psicomotor da criança se dará de forma contínua no decorrer das experiências vivenciadas pela criança. Para isso, faz-se necessário que as situações de aprendizagem sejam mediadas por adultos e que estejam adequadas a cada faixa etária, as habilidades psicomotoras precisam estar presentes na vida da criança e na escola. A escola deve considerar o movimento como fundamental para o desenvolvimento integral da criança e o planejamento pedagógico deve contemplar atividades que explorem o corpo, o movimento, as relações sociais e o contato com o ambiente. E o professor da educação infantil precisa ser um(a) facilitador(a) no processo de desenvolvimento das crianças, proporcionando estímulos e situações diversas, na qual vivenciem o concreto, usando o corpo inteiro, através de atividades fundamentadas na psicomotricidade. O estudo é de caráter bibliográfico e foi construído através do estudo de artigos e livros de pesquisadores que abordam principalmente, a temática da Educação Infantil e Psicomotricidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Psicomotricidade. Movimento.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil trabalha na perspectiva do desenvolvimento integral da criança, e a psicomotricidade torna-se um elemento de fundamental importância para tal. Nesse sentido, é preciso refletir sobre o conceito de educação infantil e de psicomotricidade que temos, e como as duas se entrelaçam nessa área da educação.

Esse artigo tem por objetivo refletir sobre algumas considerações acerca das contribuições da psicomotricidade na educação infantil. O estudo é de caráter bibliográfico e

foi construído através do estudo de artigos e livros de pesquisadores que abordam principalmente, a temática da Educação Infantil e Psicomotricidade.

Para nosso estudo consideramos que a educação infantil é o início da inserção da criança ao meio educacional e é através dos estímulos proporcionados pelos professores e a interação com o meio escolar que são desenvolvidas suas capacidades cognitivas e motoras. Logo, a educação infantil se faz de suma importância para o desenvolvimento das crianças, já que é nesta fase que é definido o progresso em seu desenvolvimento, físico, psicológico, intelectual e social.

Nesse sentido, podemos compreender a estreita relação da Psicomotricidade com a Educação Infantil e constatar a importância dessa ciência para a valorização da criança. O desenvolvimento psicomotor da criança se dará de forma contínua no decorrer de suas experiências. Para isso, faz-se necessário que as situações de aprendizagem sejam mediadas por adultos e que estejam adequadas a cada faixa etária, as habilidades psicomotoras precisam ser desenvolvidas na vida da criança e na escola.

Devemos perceber que a escola deve considerar o movimento como fundamental para o desenvolvimento integral da criança e o planejamento pedagógico deve contemplar atividades que explorem o corpo, o movimento, as relações sociais e o contato com o ambiente.

Portanto, o professor da educação infantil precisa ser um(a) facilitador(a) no processo de desenvolvimento das crianças, proporcionando estímulos e situações diversas, na qual vivenciem o concreto, usando o corpo inteiro, através de atividades fundamentadas na psicomotricidade. Daí a importância de que o professor conheça o desenvolvimento motor e suas etapas.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente as concepções sobre a infância no mundo foram marcadas por estereótipos que desvalorizavam a criança e negligenciavam seus direitos. Podemos dizer que a criança perdeu muitas vezes até o direito a vida, cabendo diretamente ao pai decidir sobre esta, como percebemos nos estudos de Lunardi (2003): “na Idade Média era muito comum o

infanticídio, assassinato de bebês por pais, um ato cruel e desesperado praticado por famílias pobres que possuíam muitos filhos e não tinham como criá-los e alimentá-los”.

Durante a Idade média, a criança era compreendida como um “adulto pequeno”, sem necessidades específicas. Através do convívio com os adultos ela era condicionada a “aprender” o necessário para a sua vida de maneira geral. Assim, a educação das crianças, era resultado de uma relação com a sociedade e o meio ao qual estava inserida. De acordo com Bujes (2001), durante muito tempo, a responsabilidade com a educação das crianças era unicamente atribuída às famílias. Só a partir do século XVII que a criança passa a ser vista com um olhar mais humano, recebendo atenção especial quanto a questão afetiva e social e assumindo um papel importante no meio familiar.

Com a expansão da Revolução Industrial no final do século XVIII e a troca da mão de obra pelo uso de máquinas, inicia-se com grande força, uma nova forma de organização da sociedade. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, passa a ser mais que necessário um atendimento diferenciado para crianças de 0 a 6 anos de idade. As mães de família, agora inseridas no mercado de trabalho precisam rever a educação e os cuidados, até então destinados a seus filhos.

Com isso, surge uma nova forma de trabalho para as mulheres que optaram por não trabalhar nas fábricas, assumiram a responsabilidade de cuidar dos filhos das mães operárias. Algumas mulheres se organizaram com este intuito, sem muitas formalidades. De acordo com Rizzo (2003, p. 31):

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil.

O despreparo das mulheres que cuidavam das crianças, causaram um absurdo atrás do outro. Assim, o que seria uma saída para as mães operárias e uma forma de emprego para outras mulheres acaba se tornando mais uma forma de violência contra as crianças. Pelo fato das atrocidades infantis se tornarem comuns, muitas pessoas através de entidades filantrópicas, se compadeceram e resolveram tentar amenizar tal situação, recolhendo as crianças abandonadas que se encontravam nas ruas.

Logo, as escolas, creches e jardins de infância que funcionavam na época, entre os séculos XVIII e XIX, seguem cuidando da higiene, da guarda e da alimentação das crianças. No entanto, esta educação era voltada ao assistencialismo. De acordo com Kuhlmann(1998 p. 182) a educação assistencialista é:

Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade.

Assim, a educação assistencialista visava o cuidar e alimentar, além de preparar as crianças para aceitar uma condição social que estava inserida, sem induzi-la a qualquer discussão ou instrução a mudar tal realidade. Devido à maioria das crianças atendidas serem pobres, este tipo de educação é considerada apenas como uma forma de compensar tudo aquilo que lhes faltava.

Entretanto, devemos perceber que as instituições destinadas a educação dos infantes não eram, em sua totalidade, apenas de caráter assistencialista, algumas delas se preocupavam com as questões pedagógicas. Observando por este lado, Kuhlmann (2001, p. 26) diz que:

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternais.

O início deste tipo de ensino no Brasil se dá praticamente acompanhando o restante do mundo, obedecendo ao momento do meio social, político e econômico ao qual o mundo vivenciava. Apesar de existirem distinções, pois as instituições do Brasil ainda eram de caráter assistencialista, naquela época.

Durante o século XIX no Brasil, a roda dos expostos, considerada orfanatos naquele tempo, por um longo período foi o único meio de assistência as crianças abandonadas pela sociedade. Ainda no final do século XIX, o Brasil inicia uma discussão sobre a educação infantil, seguindo os princípios já existentes na Europa. Assim, aconteceu a criação das primeiras instituições infantis, destinadas as crianças de 0 a 6 anos, para as crianças pobres.

Posteriormente no início do século XX, quando a Revolução industrial se instalou no Brasil, famílias de operários juntaram-se através de movimentos e cobraram das empresas e

depois do governo o investimento e a criação de creches e pré-escolas onde pudessem deixar seus filhos, enquanto exerciam a carga horária de trabalho. Conforme Oliveira (1992, p. 18) esclarece:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

Portanto, é nítida a luta das classes por melhorias, percebendo que ao longo da história “os escravos, os sem-terra e as suas crianças são sujeitos históricos daqueles, como diria Benjamin, que do passado, ou no presente, produzem imagens que relampejam as centelhas da esperança, avivando em nós o desejo de voo livre das andorinhas”. (KUHLMANN, 2002)

Com o tempo e diante da junção de tantos fatores, percebeu-se a necessidade de que a educação infantil, para crianças a partir de 0 a 6 anos deveria ser reconhecida através de direitos legais, como podemos perceber no artigo 208 da Constituição Federal (CF): “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de, no inciso IV – educação infantil em creche e pré-escola, às crianças a 5 (cinco) anos de idade”, BRASIL (1988).

Logo, a sociedade e órgãos governamentais buscaram e assim conquistaram um marco na história da educação, a qual incluiu a Educação Infantil. Ainda sobre o direito da criança de 0 a 6 anos de idade o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também assegura esse direito ao longo de seu regulamento, mais especificadamente em seu artigo 3 que diz:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Definindo a Educação Infantil, resgataremos seu conceito de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 em seu artigo 29, Seção II que consta: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. A educação infantil é, portanto considerada o início da inserção da criança ao meio educacional. É através dos estímulos proporcionados pelos professores e a interação com o meio escolar que são desenvolvidas suas capacidades cognitivas e motoras. Logo, a educação infantil se faz de suma importância para o desenvolvimento das crianças, já que é nesta fase que é definido o progresso em seu desenvolvimento, físico, psicológico, intelectual e social.

Para acreditarmos no preparo das instituições de educação infantil, no desenvolvimento integral das crianças, devemos inseri-la na escola por consequência, atingiremos as metas estipuladas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). De acordo com dados INEP, “a meta de que pelo menos 80% das crianças tenham acesso à pré-escola, também não tinha sido atingida em 2011, que é o ano-base do relatório.” Mesmo sabendo que no decorrer do contexto histórico da educação infantil aconteceram grandes avanços, ainda existe uma grande demanda a ser assistida.

Desta forma, podemos proferir que até os dias atuais a educação infantil evoluiu muito e apesar das lutas e dificuldades, conquistas marcantes já foram alcançadas. Entretanto, a busca pela valorização desta etapa continua, em decorrência do aumento à procura para este atendimento. O currículo da educação infantil norteia sobre a necessidade de desprendimento do passado e centralizar no presente. Para Krammer (1999) “o objetivo do atual currículo de educação infantil, segundo o próprio MEC, é possibilitar que as instituições deixem de prestar apenas assistência às crianças, desenvolvendo propostas verdadeiramente educativas”. De acordo com a análise de Nunes, Corsino e Kramer (2009, p. 12-13):

[...] as pesquisas sobre educação infantil têm caminhado em paralelo com os avanços das políticas públicas em relação (1) à democratização do acesso (expresso de modo concreto no aumento do número de matrículas) e (2) à melhoria da qualidade empreendida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino (alguns mais do que outros), mobilizados graças ao impacto dos movimentos sociais e das mudanças legais e institucionais, engendradas também pelo governo federal. A elaboração de diretrizes e a definição de critérios de qualidade, a recente aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a ampliação do ensino fundamental para nove anos abrem perspectivas de mudanças.

Podemos perceber que ao longo dos anos a educação foi tratada pela sociedade visando aspectos políticos, econômicos e de estrutura social. Com base nestes pressupostos,

podemos elencar que a educação infantil no decorrer de sua história, sofre modificações sempre buscando melhorar seu perfil educacional enquanto trata de crianças de 0 a 6 anos. Almejando uma educação digna, igualitária, que não vise apenas as classes elitizadas, mas que atinja as classes desfavorecidas, que possam educar as crianças, encaminhando a serem adultos com pensamentos críticos. Neste sentido, busca-se uma educação de qualidade, prevista por lei, e colocada em prática, sem restrições, de cor, raça, classe social, etnia, religião, etc.

3.PSICOMOTRICIDADE

Partindo da procedência da Psicomotricidade, destacamos que em 1920 ela surge e tem por base estudos médicos, mais precisamente através de pesquisas neurológicas com o Psiquiatra Dupré, o qual é considerado o pai da Psicomotricidade. Com o passar do tempo Wallon e Ajurianguerra relacionam a integração do psiquismo-motricidade, ao desenvolvimento humano, no sentido intelectual, motor e sócio-emocional.

A etimologia da palavra Psicomotricidade diz que é formada por 2(dois) termos distintos: *psyché* traduz-se alma; e *motorius* traduz-se que tem movimento. Neste sentido, diversos autores ou estudiosos discorrem sobre o conceito de Psicomotricidade. Ajurianguerra (1970, p.19) comenta que Psicomotricidade “é a ciência do pensamento através do corpo preciso, econômico e harmonioso”.

Para Chazaud (apud Alves, 2007, p.15) “a psicomotricidade consiste na unidade dinâmica das atividades, dos gestos, das atitudes e posturas, enquanto sistema expressivo, realizador e representativo do “ser-em-ação” e da “coexistência com outrem.” Já na concepção de Fonseca (2004, p.8) a Psicomotricidade “é atualmente concebida como a integração superior da motricidade, produto de uma relação inteligível entre a criança e o meio”. E ainda, “o termo psicomotricidade se divide em duas partes: a motriz e o psiquismo, que constituem o processo de desenvolvimento integral da pessoa”. (FONSECA, 2004, p.16)

Nessa perspectiva, a SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE(SBP, 1999, *versão online*), define como Psicomotricidade:

A ciência que tem como objeto de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas

possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. Psicomotricidade, portanto, é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização. (S.B.P. 1999)

Diante do exposto, passamos a entender a Psicomotricidade como sendo uma ciência que analisa o indivíduo através dos seus movimentos, voluntários ou involuntários, em seus múltiplos aspectos cognitivos, motores, afetivos e sensoriais, resultando das relações estabelecidas do indivíduo com o meio e o meio com o indivíduo. A Psicomotricidade tem atuação nas áreas da educação, clínica, consultorias e supervisão, com atendimento a “crianças em fase de desenvolvimento; bebês de alto risco; crianças com dificuldades/atrasos no desenvolvimento global; pessoas portadoras de necessidades especiais: deficiências sensoriais, motoras, mentais e psíquicas; família e a 3ª idade”.(Fonte: Associação Brasileira de Psicomotricidade – 1999, *versão online*)

3.1 PSICOMOTRICIDADE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil almeja o desenvolvimento integral da criança. Com isso, consideramos importante e necessária as contribuições da Psicomotricidade nessa fase da educação, afim de possibilitar que a criança conheça, compreenda e controle o corpo e os movimentos, através da percepção e manipulação do meio que a envolve.

Desde o ventre de sua mãe a criança já se movimenta e em todas as fases da sua infância é através do corpo que experimenta novas sensações, descobre-se, redescobre-se e explora o espaço ao seu redor. A esse respeito, Galvão (1995, p.51) acrescenta que:

É pela interação com os objetos e com o seu próprio corpo – em atitudes como colocar o dedo nas orelhas, pegar os pés, segurar uma mão com a outra – que a criança estabelece relações entre seus movimentos e suas sensações e experimenta, sistematicamente, a diferença de sensibilidade existente entre o que pertence ao mundo exterior e o que pertence ao seu próprio corpo.

Podemos inferir que a criança constrói conhecimentos num processo natural de interação com seu corpo e com o ambiente. Esta constatação nos faz refletir a respeito da necessidade de conceber a criança como um sujeito social, protagonista de sua história através da maneira como manipula os objetos e pela convivência com os que a cercam. Na infância a

aprendizagem relaciona-se ao movimento, pois é a primeira forma de expressão e é uma necessidade do organismo da criança. A exploração dos objetos e as relações estabelecidas com o meio contribuem para o processo de maturação das estruturas cerebrais e para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e sócio motor do ser humano, em especial das crianças. “É através do movimento que a criança pequena desenvolve sua inteligência, estimula o sistema nervoso e o cérebro tornando-se cada vez mais capaz de novos aprendizados.” (MOTA,2009, p.73).

Dessa forma, o ser humano precisa ser compreendido em sua plenitude e faz-se necessário uma leitura do corpo humano, dentro de um determinado tempo e espaço. Nosso corpo fala muito sobre nós, sobre nossa personalidade. Podemos compreender uma criança se observamos como ela se comunica através de um olhar, de um sorriso, de um gesto, quando manipula e se relaciona com o entorno, ou mesmo quando não esboça expressão. O movimento é a forma como as crianças revelam seus sentimentos, anseios e necessidades. “O movimento resulta da expressão interna de um organismo que, vivo se expressa” (ORLANDO, 1998, p.82) e quanto mais oportunidades de desenvolver ações motoras e psíquicas a criança tiver, maior será sua capacidade de realizar movimentos organizados e integrados.

Nesse sentido, podemos compreender a estreita relação da Psicomotricidade com a Educação Infantil e constatar a importância dessa ciência para a valorização da criança. Inicialmente, precisamos ter clareza de que o processo educativo não se restringe, tão pouco se inicia no universo escolar. Como discutimos acima, a criança, por uma questão de necessidade orgânica, bem como necessidade de se comunicar, se expressa por meio de movimentos. Esses movimentos se fazem presentes desde o nascimento das crianças e precisam ser explorados no decorrer da infância. Quando bebês, as atividades de virar-se, engatinhar, sentar, erguer se e dar passos, manusear objetos e explorar o próprio corpo, são atividades de movimento. Estas atividades apresentam-se cheias de significado e sentido para a criança por proporcionarem o controle do próprio corpo e o conhecimento das sensações internas. A criança adquire confiança através dos próprios movimentos e, conseqüentemente, conquista a independência corporal. Vale salientar que, isto é um processo e assim sendo, ocorre de maneira gradual e lenta.

Entre dois e seis anos a criança constrói e aperfeiçoa seu esquema corporal através da sua capacidade de percepção e exploração do próprio corpo, dos objetos e do ambiente, conforme Palácios (2004). Aprende a controlar o corpo e aperfeiçoa suas habilidades motoras

de acordo com as situações vivenciadas. Ainda segundo o autor, dos sete aos doze anos este processo atingirá um maior grau de maturação, a partir da potencialização das representações mentais. “Orientar-se no espaço é ver-se e ver as coisas no espaço em relação a si próprio, é dirigir-se, é avaliar os movimentos e adaptá-los no espaço” (JOSÉ; COELHO, 2001, p.79).

A criança quando bem estimulada estabelece relações entre as atividades motoras desenvolvidas e suas percepções visuais, através da interação com as pessoas e com o meio que seu corpo se movimenta. O desenvolvimento psicomotor da criança se dará de forma contínua no decorrer das experiências vivenciadas pela criança. Para isso, faz-se necessário que as situações de aprendizagem sejam mediadas por adulto se que estejam adequadas a cada faixa etária. Em atividades psicomotoras mediadas podemos perceber a organização do pensamento e da ação, onde as conexões cerebrais vão sendo construídas de acordo com o contato da criança com esta ou outra experiência semelhante. A esse respeito, Gonçalves (2010, p.295) afirma que:

O que diferencia uma atividade puramente motora de uma estimulação psicomotora é a interação planejada, a necessidade de um plano de ação para chegar ao fim desejado, inerente da psicomotricidade. A criança, na atividade psicomotora, é provocada a se desorganizar corporalmente para buscar respostas mais ajustada são estímulo que lhe foi apresentado.

Assim sendo, as habilidades psicomotoras precisam estar presentes na vida da criança e na escola. Atividades de exploração do esquema corporal, da coordenação motora global, motora fina e visomotora, como também a compreensão e o desenvolvimento da lateralidade e a compreensão da organização temporal e espacial, precisam se fazer presente nas práticas educativas e no currículo da escola.

Diante do exposto, podemos inferir que a escola deve considerar o movimento como fundamental para o desenvolvimento integral da criança e o planejamento pedagógico deve contemplar atividades que explorem o corpo, o movimento, as relações sociais e o contato com o ambiente. A esse respeito, Mota (2009, p.81) afirma que:

As atividades psicomotoras planejadas pelos professores devem proporcionar à criança o prazer em usar o corpo para movimentar-se e comunicar-se, levando-a a ser e sentir-se mais criança em sua vivacidade; coragem de ousar; de buscar e descobrir; de fazer e refazer; de criar e participar.

Para além do planejamento está (ão) a (s) concepção (ões) que os profissionais da Educação Infantil têm sobre infância e desenvolvimento infantil. Inicialmente, profissionais da educação precisam conhecer e compreender os conteúdos básicos da psicomotricidade, bem como as necessidades e limitações psicomotoras da criança em cada fase do

desenvolvimento infantil. “Não podemos esquecer que somos corpo e mente em ação e que é responsabilidade de todos que educam crianças conhecerem seu processo evolutivo e conduzi-las em suas descobertas” (Ibidem, 2009, p.80).

A representação que a criança tem do próprio corpo determinará a forma como ela se relacionará com o meio e com o outro pois “a criança percebe o mundo ao seu redor a partir da imagem que tem do seu corpo, ou seja, de si mesma.” (Ibidem, 2009, p.76).Tão importante quanto as representações da criança, são as representações dos (as) educadores (as), as próprias experiências vivenciadas por eles (as) quanto a exploração do movimento ao longo da infância. Todas essas questões serão fatores determinantes para a condução dos processos educativos e para o desenvolvimento integral da criança, dentro e fora da escola.

Ao longo da história e ainda na atualidade, constatamos que a escola almeja um determinado modelo de “aluno (a) perfeito (a)”. Ao que percebemos, este (a) aluno (a) seria aquele (a) que entrasse na sala, sentasse e permanecesse quieto e calado – uma criança passiva, sem movimento. A própria forma como as salas e as aulas são organizadas já nos dá indícios do enquadramento que se busca fazer com as crianças. As filas de cadeiras, por exemplo, coíbem o movimento e reprimem as necessidades orgânicas das crianças e isto se reforça com as constantes exigências de que estas crianças permaneçam o tempo todo sentadas. Além disso, são conduzidas a executarem atividades que não têm significado, nem contribuem para o seu desenvolvimento psicomotor. Ora, “impedir as crianças de se movimentarem significa fazê-las pararem de pensar. [...] Pois a criança é puro movimento e é assim que ela aprende: movimentando-se”(MOTA, 2009, p.80).

Nesse sentido, podemos dizer que a escola precisa considerar a criança como ser completo e social. É completo porque é motor, cognitivo e afetivo e é social porque se constrói na interação com a sociedade e com o meio concreto. Dessa forma, as propostas pedagógicas para a Educação Infantil precisam ser discutidas nas escolas a partir do universo da criança, considerando as necessidades naturais e as potencialidades das crianças. A criança constrói-se e reconstrói-se num universo particular, onde a criatividade e a liberdade de expressão são elementos fundamentais do processo de construção de conhecimentos.

As brincadeiras infantis são os melhores exemplos de expressão do movimento, como também de conhecimento e controle do próprio corpo. Através do brincar as crianças estabelecem relações com outras crianças, desenvolvem percepções sobre si, sobre o outro e o ambiente e ainda criam situações e conceitos. Além disso, na brincadeira todas as dimensões

do corpo são trabalhadas, as emoções são evidenciadas e os aspectos cognitivos podem ser facilmente explorados. Numa simples brincadeira como pega-pega, por exemplo, as crianças constroem as regras e as explicam; estudam o ambiente onde correrão e procuram os melhores movimentos para se manterem dentro das regras estabelecidas. Assim, brincadeiras como pega-pega, esconde-esconde, amarelinha, futebol, siga o mestre, entre outras, podem possibilitar que professores (as) trabalhem as ações relacionadas a psicomotricidade - propostas as séries iniciais - de um modo significativo e motivador para as crianças.

Entretanto, a ludicidade não se resume e não se relaciona unicamente com atividades intencionais das práticas educativas. As crianças devem brincar por brincar, para se sentirem livres e felizes. A brincadeira, como também a manipulação de brinquedos, são situações naturais e concretas de aprendizagem, interessantes para as crianças. Esta premissa deve ser considerada na infância e os profissionais da educação devem se apoderar das concepções teórico-metodológicas sobre o tema, com intuito de ter argumentos que justifiquem a importância do brincar e do movimento, em especial nos primeiros anos de vida das crianças.

O desenvolvimento psicomotor na Educação Infantil é, portanto, de extrema importância para a obtenção de outros aprendizados ao longo da vida da criança, uma vez que, no processo de interação o cérebro estabelece novas estruturas organizacionais lógicas que tendem a se relacionar com outras estruturas já formadas por experiências anteriores.

A educação psicomotora procura equilibrar o agir, o sentir e o pensar. Mota (2009, p. 74) ressalta que: “o ser humano é corpo em movimento e é através desse corpo com suas possibilidades e limites que o homem conhece o meio, percebe, sente e modifica a si mesmo e o mundo em que vive”. Para elaborar uma visão pedagógica da Psicomotricidade, cabe a cada professor (a) da educação infantil, ser um(a) facilitador(a) nesse processo de desenvolvimento, proporcionando a criança, estímulos e situações diversas, na qual vivenciem o concreto, usando o corpo inteiro. Devemos considerar, portanto, que para se desenvolver um trabalho adequado de psicomotricidade na escola, é necessário contar com alguns aspectos como: concepção, comportamento, compromisso, materiais e espaços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos por meio das pesquisas bibliográficas que na infância, a aprendizagem está ligada diretamente ao movimento o qual é a primeira forma de expressão da criança e uma necessidade do organismo. Assim, o ser humano precisa ser compreendido em sua

plenitude, nos aspectos físicos, afetivos e cognitivos. O movimento é a forma como as crianças revelam seus sentimentos, anseios e necessidades e quanto mais oportunidades de desenvolver ações motoras e psíquicas a criança tiver, maior será sua capacidade de realizar movimentos organizados e integrados.

Observamos que quando bem estimulada, a criança estabelece relações entre as atividades motoras desenvolvidas e suas percepções visuais, através da interação com as pessoas e com o meio que seu corpo se movimenta. “Orientar-se no espaço é ver-se e ver as coisas no espaço em relação a si próprio, é dirigir-se, é avaliar os movimentos e adaptá-los no espaço” (JOSÉ; COELHO, 2001, p.79). Atividades de exploração do esquema corporal, da coordenação motora global, motora fina e visomotora, como também a compreensão e o desenvolvimento da lateralidade e a compreensão da organização temporal e espacial, precisam se fazer presente nas práticas educativas e no currículo da escola.

É importante salientar que os profissionais da educação precisam conhecer e compreender os conteúdos básicos da psicomotricidade, bem como as necessidades e limitações psicomotoras da criança em cada fase do desenvolvimento infantil. Para tanto, as propostas pedagógicas da Educação Infantil precisam ser discutidas nas escolas a partir do universo da criança, considerando as necessidades naturais e as potencialidades das crianças. Sabemos que através do brincar as crianças estabelecem relações com outras crianças, desenvolvem percepções sobre si, sobre o outro e o ambiente e ainda criam situações e conceitos.

O desenvolvimento psicomotor na Educação Infantil é de extrema importância para a obtenção de outros aprendizados ao longo da vida da criança, visto que, no processo de interação o cérebro estabelece novas estruturas organizacionais lógicas que tendem a se relacionar com outras estruturas já formadas por experiências anteriores. Cabendo ao professor da educação infantil propiciar estímulos e situações diversas, na qual vivenciem o concreto, usando o corpo inteiro, através de atividades fundamentadas na psicomotricidade agregando experiências motoras, cognitivas e sensoriais.

Considerando o estudo, percebemos a suma importância acerca da reflexão de nossa prática pedagógica, como também refletir sobre a metodologia aplicada. Precisamos rever, e nos refazer diante as necessidades impostas pela realidade das crianças no cotidiano das salas de aula. Faz-se necessário buscar oportunidades, trazermos um ensino uma prática cheia de intenções, motivações, e possibilidades de interação e comunicação da criança com o meio.

ABSTRACT

Contribution psychomotor development of children in early childhood education abstract This work aims to reflect on some thoughts about the contributions of psychomotor skills in early childhood education, to enable the child to know, understand and control the body and movements, through the perception and manipulation of the environment which surrounds it. Early childhood education is the beginning of inclusion of children and the educational environment is through the stimuli provided by the teachers and the interaction with the school environment that are developed their cognitive and motor skills, thus beginning the process of literacy. Hence its extreme importance for children's development, as it is this stage that is defined progress in their development, physical, psychological, intellectual and social. Relating with psychomotor childhood education, one realizes that the psychomotor development of criança will occur continuously during the experiments experienced by the child. To do this, it will be required which learning situations are mediated by adults and which are appropriate to each age group, psychomotor skills required to be present in the lives of children and the school. The school should consider the movement as fundamental for the integral development of children and educational planning should include activities that explore the body, movement, social relations and contact with the environment. And the professor of early childhood education needs to be a facilitator in the development process of children, and providing stimuli diversar situations in which to experience the concrete, using the entire body, through grounded in psychomotor activities.

Keywords: Early Childhood Education. Psychomotor.Movement.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. Rio de Janeiro: Wak, 2003.

AJURIAGUERA, J. *Psicologia Y epistemologia genética*. Buenos Aires: Proteo, 1970.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BOTO, Carlota. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In: Freitas, Marcos César e Kuhlmann Jr., Moysés. *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo, Cortez, 2002.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. In CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13 – 21.

COELHO, Maria Teresa; JOSÉ, Elisabete da Assunção. *Problemas de Aprendizagem*. Ática, 2006.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade: Perspectivas Multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GONÇALVES, Fátima. *Psicomotricidade & Educação Física: quem quer brincar põe o dedo aqui*. São Paulo: Cultural RBL, 2010.

LUNARDI, Elisiane Machado. **Uma abordagem histórica da infância e educação**. In: LUNARDI, Elisiane Machado. *A função reprodutora/criadora da linguagem das artes plásticas na educação infantil pré-escolar: Um olhar na prática educativa sob o enfoque sócio-cultural*. Dissertação de Mestrado em Educação: UFSM/RS, 2003.

KRAMER, Sônia. *Infância e Educação Infantil – Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Prática Pedagógica)*.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **O jardim de infância e a educação das crianças pobres**: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).

MOTA, Marinalva da Silva. **Psicomotricidade na educação infantil: a criança em movimento**. In: MELO, Glória M. L. de Souza; BRANDÃO, Soraya, M. B. de Almeida; MOTA, Marinalva da Silva. **Ser criança: repensando o lugar da criança na educação infantil**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2009.

NUNES, M. F.; CORSINO, P.; KRAMER, S. **Crianças e adultos em instituições de educação infantil: o contexto e a pesquisa**. In: KRAMER, S. (Org.) **Retratos de um desafio. Crianças e adultos na educação infantil**. São Paulo: Ática, 2009, p. 12-23.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE.
<<http://www.psicomotricidade.com.br/apsicomotricidade.htm>> Acesso em 13 de maio de 2014.